

Evandro Menezes de Carvalho

Graduado em Direito na UFPE; Mestre em Integração Latino-Americana pela UFSM; Doutor em Direito Internacional pela USP; Ex-pesquisador de Direito Global na Escola de Direito da FGV/SP e ex-bolsista do The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund. Coordenador da Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisnia).
e-mail. <evandro.carvalho@gmail.com>

Organização Mundial do Comércio **Cultura Jurídica, Tradução e Interpretação**

Prefácio de Luiz Olavo Baptista
Apresentação de Deisy Ventura

Curitiba
Juruá Editora
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 339.5

C331o

Código de barras: STJ00064290

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C331

Organização Mundial do Comércio: cultura jurídica, tradução e interpretação./ [Evandro Menezes de Carvalho] - Curitiba: Juruá, 2006.
32Op. (Coleção Biblioteca de Direito Internacional)

ISBN-85-362-1260-8

1. Direito internacional. 2. Comércio. 1. Título.

CDD 346.07(22.ed) CDU 347.7



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
EXPLICAÇÃO PRELIMINAR	27
i A pretensão de cientificidade para a análise do discurso jurídico	27
ii Delimitação do objeto da análise: o discurso jurídico	30
iii Presunções epistemológicas e conceitos iniciais	34

PRIMEIRA PARTE **OS DISCURSOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS**

Seção I **A CULTURA JURÍDICA NA CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS JURÍDICOS**

Capítulo 1 - CULTURA E CULTURA JURÍDICA: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA	47
1.1. Um conteúdo para "cultura": duas concepções básicas	47
1.2. O mecanismo semiótico da cultura	51
1.3. Um conceito para "cultura jurídica"	56
Capítulo 2 - A CULTURA JURÍDICA ENQUANTO SISTEMA DE SIGNIFICAÇÃO	61
2.1. A noção de "código" e sua função ordenadora na produção e na interpretação discursos	61
2.2. Código e Língua: uma distinção e uma relação fundamental para a noção de cultura jurídica do ponto de vista semiótico	66
2.3. A cultura jurídica como sistema de signos lingüísticos	69

**Capítulo 3 - A CULTURA JURÍDICA ENQUANTO PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO** 75

- 3.1. Práticas discursivas no direito: o discurso jurídico e outros discursos 75
- 3.2. Os critérios para uma tipologia do discurso jurídico 80
- 3.3. O recurso às fontes do direito na determinação dos discursos jurídicos pertinentes a um estudo de semiótica jurídica 82

Seção II
**SOBRE OS DISCURSOS DIPLOMÁTICO E JURÍDICO-
CONVENCIONAL INTERNACIONAL**

Capítulo 4 - O DISCURSO DIPLOMÁTICO 93

- 4.1. A "significação internacional" do discurso diplomático 93
- 4.2. O discurso diplomático e o problema da escolha de uma língua comum 99
- 4.3. A gueixa das línguas na diplomacia 103
- 4.4. Os emissores do discurso diplomático e do discurso jurídico-diplomático 109

Capítulo 5 - O DISCURSO JURÍDICO-DIPLOMÁTICO 113

- 5.1. A *third thing* 113
- 5.2. Discurso jurídico-diplomático e a questão da língua de expressão 117
- 5.3. A tradução do discurso jurídico-diplomático 122

Capítulo 6 - O PODER DO DISCURSO JURÍDICO-DIPLOMÁTICO 133

- 6.1. Um discurso fundante de sistemas jurídicos internacionais: a OMC como exemplo 133
- 6.2. Das "camuflagens" subjetivante e objetivante no discurso jurídico-diplomático 143
- 6.3. O papel ativo da língua estrangeira 147
- 6.4. A ideologia no discurso jurídico-diplomático 155

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE 163



SEGUNDA PARTE

O DISCURSO JURÍDICO-DECISÓRIO DA OMC

Seção III

AS CIRCUNSTÂNCIAS DE ENUNCIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO-DECISÓRIO

Capítulo 7 - DO GATT A OMC: A EVOLUÇÃO DO CONTROLE JURÍDICO SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS

169

- 7.1. Os primórdios do atual sistema multilateral do comércio: o descontrolo do político e do económico na esfera internacional 169
- 7.2. O surgimento do GATT: uma "instituição contratista" 174
- 7.3. Da predominância do controle diplomático no GATT 177
- 7.4. Ao fortalecimento do controle jurídico com a criação da OMC 182

Capítulo 8 - O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC E A PREPONDERANTE INFLUÊNCIA DOS ÓRGÃOS DECISÓRIOS AUXILIARES DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

185

- 8.1. O "adensamento da juridicidade" com as regras do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) 185
- 8.2. Os órgãos decisórios auxiliares do OSC: os grupos especiais e o Órgão Permanente de Apelação (OPA) 189
- 8.3. O OPA e seus procedimentos de trabalho: um reforço para o controle jurídico da OMC 194
- 8.4. A autoridade do discurso jurídico-decisório do OPA 198

Seção IV

O CONTEXTO LINGUÍSTICO NO DISCURSO JURÍDICO-DECISÓRIO DO OPA

Capítulo 9 - OS MECANISMOS SEMIÓTICOS PARA A ESCOLHA DO PERCURSO DE SENTIDO DO DISCURSO

203

- 9.1. A noção de função sígnica e os conteúdos denotativos e conotativos 203
- 9.2. Semiose ilimitada x limites da interpretação 209
- 9.3. O subcódigo jurídico na delimitação dos percursos de leitura 216



Capítulo 10 - OS AUTORES DO TEXTO JURÍDICO-DIPLOMÁTICO, SEUS INTÉRPRETES E AS INTENÇÕES ENVOLVIDAS	225
10.1. Autor e Leitor, entre o sujeito empírico e o imaginado:	225
10.2. A interpretação como busca da intenção do autor do discurso jurídico-convencional internacional	230
10.3. O “fantasma do intérprete” na determinação do sentido da norma	235
10.4. Interpretação como busca da <i>intentio operis</i> : um método eqüidistante entre a <i>intentio auctoris</i> e a <i>intentio lectoris</i>	239
Capítulo 11 - O DISCURSO JURÍDICO-DECISÓRIO DO OPA: TRATADOS E DICIONÁRIOS COMO REFERENTES	247
11.1. O recurso à Convenção de Viena de 1969 e a preeminência do sentido ordinário	247
11.2. A dicionarização do discurso jurídico-decisório do OPA com referência na língua inglesa	255
11.3. Sardinhas, Madeiras e SGP: precedentes para um discurso jurídico-decisório baseado nas três versões lingüísticas dos Acordos da OMC	269
11.4. Os desafios para “ir além” da dicionarização do método textual	285
CONCLUSÃO FINAL	293
REFERÊNCIAS	299
ÍNDICE ALFABÉTICO	313

